Simpósio 3- Variedades do português na África
A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS POPULAR
ANGOLANO

1. Introdução

No modelo de Princípios de Parâmetros, Chomsky (1994) substitui a noção de competência linguística pela postulação de uma Gramática Universal (GU). Tal concepção, um refinamento da noção de faculdade de linguagem, concebe a existência de um conjunto de propriedades gramaticais compartilhadas por todas as línguas naturais e de parâmetros, definidos como opções dentro da própria GU, que dão conta das diferenças entre as línguas. Entre eles está o parâmetro de sujeito nulo ou parâmetro pro-drop que divide as línguas em dois blocos: aquelas que permitem o apagamento do sujeito pronominal e as que exigem o seu preenchimento.

Estudos sobre tal parâmetro no português brasileiro (doravante, PB) têm demonstrado a preferência pelo sujeito pronominal exposto. Alguns autores (DUARTE, 1993; GALVES 1993; KATO, 1994, entre outros) assumem que tal preferência é o resultado do enfraquecimento da concordância motivado pela introdução do *você* e da expressão pronominal *a gente* na gramática do PB, na passagem do século XIX para o XX.

Teixeira (2008) constata que, diferentemente do português europeu (PE), cuja norma é seguida pelo português angolano (PA) na sua variante culta, o pronome *você* está sendo usado para o tratamento íntimo ou universal no português falado por angolanos, mais frequentemente entre a população não escolarizada e por falantes nativos das línguas nacionais. Foi esse achado que motivou o estudo da representação do sujeito a partir de uma amostra que reúne falantes nativos e não-nativos do português com o objetivo de testar a hipótese da ação das novas formas pronominais no processo de mudança do parâmetro. Assumimos aqui que tal inovação é fruto do contato da língua portuguesa com as línguas africanas tanto em Angola como no Brasil, em tempos pretéritos.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: na seção 2, apresentamos o cenário linguístico e sócio-histórico do Brasil colonial e imperial em que se desenvolveu o português do Brasil e seu conseqüente distanciamento da variedade europeia; na seção 3, apontamos algumas características do português popular angolano, mostrando a sua aproximação da variedade brasileira, como também alguns fatos morfossintáticos do quimbundo; na se

seguinte, apresentamos a metodologia e os resultados do estudo e, finalmente, na seção 5, as considerações finais.

2. Cenas linguísticas e sócio-históricas

2.1 O Brasil açucareiro

Diferentemente de São Tomé, ilha desabitada, primeiro território a ser ocupado pelos portugueses no século XV, o espaço brasileiro, à época da chegada de Tomé de Souza na Bahia, era habitado por 5 milhões de índios que falavam línguas diferentes. Na costa brasileira, predominava as línguas do tronco Tupi, formado por um grupo de línguas muito semelhantes. Parte desses índios, os chamados índios aldeados, constituiu inicialmente a mão de obra das lavouras e engenhos de cana de açúcar.

No primeiro século, há estimativas de que tenham entrado no Brasil cerca de 50 mil negros (ALENCASTRO, 2000). Diz Azevedo (1969) que, no final do século, havia na Bahia (Salvador e Recôncavo) 12 mil brancos, 8 mil índios aldeados e de 3 a 4 mil escravos africanos. Nesse momento, já estava estabelecida a economia açucareira cuja organização ira determinar a estrutura social brasileira.

O rápido crescimento do empreendimento agro-industrial português é evidenciado pelos seguintes números: em 1557 havia no Recôncavo apenas um engenho; em 1590, contava-se entre 40 e 50. Essa proliferação de engenhos exigia mão de obra especializada e uma força de trabalho cada vez maior. Uma vez constatada a ineficiência dos “gentios” no trabalho de engenho, a solução foi importar mais e mais escravos africanos. Tomando como exemplo os registros de Sergipe do Conde, um grande engenho baiano, Boris Fausto (2001) mostra que, em 1574, apenas 7% de africanos constituíam a força de trabalho escrava; esse número eleva-se para 37% em 1591, e, em 1638, toda a escravaria era formada por africanos e afro-brasileiros. Schwartz (1995) estima que na década de 1620 importou-se para a Bahia cerca de 2.500 a 3.000 cativos por ano, muito seguramente do Congo e de Angola. Diante de um quadro como esse – a forte presença de escravos africanos no Brasil – é que Guy (1989) pergunta: “Como teria sido possível evitar a crioulistização?” Esta é a pergunta que buscamos responder nas próximas subseções.

2.2 As línguas faladas na Bahia

O primeiro fato a ser assinalado é a pluralidade de línguas faladas no Brasil, sobretudo, até a abolição da escravatura. Inicialmente, pela necessidade de comunicação com os nativos – conhecedores da terra – desenvolveu-se uma koiné, resultante da mistura das várias línguas do tronco Tupi, faladas na costa brasileira, conhecida como língua geral. Como toda koiné, essa era uma língua simplificada e servia de língua veicular entre os índios aldeados (que falavam diferentes línguas) e entre esses e os portugueses. Era no espaço dos aldeamentos que a língua geral revestia-se de grande utilidade: usada inicialmente pelos jesuítas para a catequese dos nativos, difundiu-se pela população em consequência do acentuado número de famílias constituídas de pais portugueses e índias, do que resultou uma considerável presença de mestiços na população brasileira, os chamados mamelucos que eram, na sua maioria, bilíngues ou, pelo menos, entendiam a língua geral, fato comprovado pelo depoimento do mameluco Gonçalo Fernandes, 25 anos, ao Santo Ofício da Inquisição em 1592 quando lhe perguntaram quem o tinha induzido a crer na Santidade: “... respondeu que um brasil, negro da terra, foi o primeiro que o induziu, pregando-lhe na língua gentia que ele bem entendia...”(VAINFAS, 1997. p. 185).

Holm (2009), citando Ferraz (1979), comenta o fato de que muitos dos primeiros portugueses plantadores de cana de açúcar e seus escravos vieram para o Brasil através de São Tomé – onde se desenvolveu uma variedade crioulezada do português – após a derrocada da economia açucareira na ilha, na segunda metade do século XVI, exatamente quando vieram os primeiros escravos africanos para a costa brasileira nordestina. Isso significa que, ao lado do português europeu e da língua geral, no primeiro século de colonização, já havia falantes de um crioulo de base portuguesa no Brasil.

No século XVII, predominaram os escravos de Angola e do Reino do Congo, falantes de línguas do grupo banto, muito semelhantes entre si. Já no Oitocentos, eles vieram tanto da África Ocidental como da região Congo/Angola. Mais ainda: as línguas africanas se mantiveram durante muito tempo e eram usadas por um grande número de pessoas. (HOLM, 2009: 98). Como evidência, tome-se a “Arte da Língua e Angola”, de Pedro Dias, uma gramática do quimbundo, escrita na Bahia no final do século XVII cujos dados foram recolhidos de escravos no Brasil (BONVINI, 2008).

Como vivia essa população étnica, linguística, cultural e juridicamente tão heterogênea? Como o sistema brasileiro era o da casa grande e senzala, pode haver maior aproximação entre as populações escrava e não-escrava, para não falar do papel

desempenhado pelos escravos domésticos (PESSOA DE CASTRO, 2001). É de Schwartz (1995, p. 376) a observação abaixo:

Muitos cativos na Bahia viviam não em grandes massas com seus companheiros de cativo, relativamente isolados do resto da sociedade. E sim na proximidade diária de pessoas livres de várias cores e posições.

Uma farta documentação mostra a convivência de brancos, negros, mulatos, escravos e não-escravos na Bahia durante o período colonial, como é o caso do comentário indignado sobre as festas dos estudantes do Colégio dos Jesuítas feito por Nuno Marques Pereira, autor do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, considerado por Priore (1997, p. 299) “um verdadeiro manual de etnografia brasileira *avant le lettre*”:

Não deixarei de fazer agora uma advertência mui necessária a propósito do que trataremos, e vem a ser: que essas danças, e farças, que se fazem em nome dos estudantes dos pateos do collegio, sem embargo de serem muitos filhos de homens honrados, e terem mui boa doutrina de seus doutos e religiosos mestres, padecem a nota de vadios e calaceiros, e talvez sem terem cometido as culpas, que se lhes imputam. E a razão é, por se metterem entre eles muitos mascarados, negros, mulatos e gente calaceira, e vadia. E o pior é que não falta quem diga, que também vão negras, mulatas e muitas mulheres damas, fazendo e obrando cousas inauditas. Vede agora, senhor, como assenta bem aquelle adagio, que diz: quem com farelos se mistura, etc. (PEREIRA, vol. 2, 1932 vol. II, p.11-12, *apud* TINHORÃO, 1998, p. 85).

Essa mistura entre classes sociais e etnias bem como entre o sagrado e o profano já havia chamado a atenção do viajante francês Le Gentil de La Barbinais na sua passagem a Salvador em 1719 quando foi convidado pelo governador Vasco Fernandes Cesar de Meneses para assistir a uma festa de São Gonçalo nas cercanias da cidade:

Tivemos nós mesmos que entrar na dança, por bem ou por mal, e não deixou de ser interessante ver numa igreja padres, frades, cavalheiros e escravos a dançar e pular misturados [...], e a gritar a plenos pulmões ‘Viva São Gonçalo do Amarante’ (BARBINAIIS, 1729 *apud* TINHORÃO, 2000, p. 135).

A repressão do governo ao comportamento da parcela desprestigiada da população, constituída basicamente de mestiços, negros libertos e escravos afrouxava-se ou acirrava-se ao sabor da ocasião e da pressão dos moralistas que, muitas vezes, levava o governo a tomar medidas “disciplinares” como foi o caso da proibição da Festa de São Gonçalo pelo mesmo governador. É o que relata Pereira, o “peregrino”:

Por isso [...] o Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes de Meneses, estando governando a cidade da Bahia, por ver umas festas que se costumavam fazer pelas ruas públicas em dia de São Gonçalo, *de homens brancos, mulheres e meninos, e negros com violas, pandeiros e adufes, com vivas e revivas 'São Gonçalinho'*, trazendo o santo pelos ares, que mais pareciam abusos, e superstições, que louvores ao santo, as mandou proibir por um bando, ao som de caixas militares com graves penas contra aqueles que se achassem em festas tão desonestas. (p. 137-8. Grifos meus)

A precocidade da hegemonia da língua portuguesa na Bahia em relação a outras regiões na Colônia deveu-se, sobretudo, à substituição da mão de obra indígena pela africana, já na segunda década do século XVI. Fora de cena o índio, a língua brasílica perde a sua função. Assim, a proibição da língua geral em todo o Brasil, resolução contida nas famosas Reformas Pombalinas de 1759, diferentemente do que ocorreu em São Paulo, não mais se aplicaria ao Nordeste açucareiro.

Voltemos agora à pergunta de Guy: “Como teria sido possível evitar a criouliização?” Os fatos enumerados acima nos levam a reformular a sua pergunta: diante de tal cenário sociolinguístico, como poderia ter-se desenvolvido um crioulo estável?

2.3 O Século do Ouro

No primeiro quartel do século XVIII (1724), era o seguinte o quadro populacional em Salvador e no Recôncavo, segundo os cálculos feitos pelo Padre Gonçalo Soares de França na dissertação apresentada à Academia dos Esquecidos (SCHWARTZ: 87)

SALVADOR	Número	Porcentagem
Não-escravos	12.861	52%
Escravos	12.132	48%
Total	24.993	
RECÔNCAVO	15.451	39%
Não-escravos	24.217	61%
Escravos	39.688	
Total		

Tabela 1- População de Salvador e Recôncavo em 1724 (Adaptada da Tabela 6 de Schwartz)

Observe-se que, como era de esperar, o maior número de escravos concentrava-se no Recôncavo, onde ficavam as lavouras de cana e os engenhos. Em Salvador, quase a metade da população era escrava e, no total, havia mais escravos que não-escravos. Se atentarmos para o fato de que entre os não-escravos havia um bom número de negros e de mestiços alforriados, vê-se que a população africana e afro-brasileira era bem maior do que a europeia.

No interior da colônia, o número de escravos africanos era reduzido, predominando uma população formada de índios e mamelucos, falantes da língua geral, como era o caso de São Paulo e de outras áreas onde se desenvolveu a criação de gado. A descoberta do ouro pelos bandeirantes e a corrida em busca das minas, que seguiu por toda a primeira metade do século XVIII, provocou um intenso movimento migratório para aquela região. Para lá seguiram muitos trabalhadores livres e escravos da costa açucareira, onde já se falava o português mais ou menos reestruturado (HOLM, 2009, p. 98). Além do mais, Salvador e o Recôncavo, que já mostravam sua vocação comercial, beneficiaram-se grandemente da demanda por produtos (alimentos e objetos de uso) de que a região mineira tanto carecia.

Nunca antes o porto da cidade viveu tal movimentação de navios abarrotados de mercadorias e, sobretudo, de novos colonos atraídos pela febre do ouro. Estima-se em 600.000 o número de portugueses chegados ao Brasil, nesse período, atraídos pelo sonho – nem sempre concretizado – da riqueza rápida e fácil gerada pela mineração. Foi assim que a língua portuguesa foi se expandindo e se difundindo por outras áreas da colônia após 1750, quando terminou o ciclo da mineração e a população das minas se espalhou para áreas diversas do território brasileiro.

2.4 O século XIX

Um fato crucial para a configuração da população brasileira, como também para a mudança de comportamento dos seus habitantes de classes sociais mais altas, foi a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808 que, a essa época contava com 50.000 habitantes, a grande maioria constituída de negros e mestiços. Com a corte, vieram cerca de 15.000 portugueses. Em 1837, a população cresce para 110.000 e o número de brancos sobrepuja o dos negros e mestiços. A sociedade brasileira muda completamente de feição, tornando-se europeizante, tanto no comportamento – linguístico inclusive – como no campo da ideias (PRIORE & VENÂNCIO, 2001).

Todas essas mudanças foram fruto do surgimento de uma elite letrada da pequena burguesia, forjada na opulência do século anterior e alimentada pela reformas joaninas (criação de colégios e escolas de nível superior, fundação de uma imprensa brasileira, entre outras instituições). É por essa via que muitos mulatos ascendem socialmente. Esse é o momento em que a língua escrita por brasileiros começa a ser veiculada em livros, folhetos e principalmente em jornais – que proliferavam à época – tornando-se, assim, acessível à parcela letrada, ainda que ínfima, da população. No entanto, como a grande maioria da população brasileira era constituída por afro-descendente e a ação de escola quase nula até os meados do século XIX, depreende-se que o português falado pela maior parte da população eram variedades – no dizer de Holm (2009) – reestruturadas.

O recenseamento de 1872 – o primeiro levantamento devidamente controlado até então realizado no Brasil – concluiu que o Império contava com 10.112.000 habitantes. Segundo o mesmo recenseamento, Salvador abrigava uma população constituída de 31% de brancos e 69% de não-brancos; entre os não-brancos 83,22% eram livres e 16,78% escravos. Veja o decréscimo da população escrava por essa época. As razões são óbvias: com a proibição do tráfico, em 1850, não houve mais a renovação de “estoque” de negros africanos, ou se houve, através do tráfico clandestino, foi muito pouca. A desintegração do sistema escravista, acentuada com a perspectiva da abolição, e a situação econômica da Bahia contribuíram para o crescimento do número de alforrias. Este fato, aliado à costumeira miscigenação, aumentou sensivelmente o número de mulatos livres. Mattoso (1997) afirma que a maior parte da população de Salvador no século XIX era constituída de alforriados e seus descendentes.

A democratização do ensino nos meados do século XX, aliada à migração em massa do campo para a cidade, em todo o Brasil, favoreceu as trocas linguísticas, verificadas no uso de formas não-padrão até mesmo entre pessoas com nível de escolarização mais elevado.

3. A língua portuguesa em Luanda

Esta seção é baseada em Pepetela (1990) e Mingas (2000). Portanto, não adentraremos na questão do uso da língua portuguesa em todo o país, mas nos deteremos na sua capital, onde foram coletados os dados do nosso estudo.

Apesar de o território onde hoje fica Angola ter sido ocupado pelos portugueses em 1575, durante séculos, Angola foi para eles apenas uma feitoria, um simples ponto de apoio

para a guarda e embarque das “peças”. Existia apenas em função do Brasil, a colônia portuguesa mais promissora, abastecida pelos escravos africanos. Até a independência do Brasil, Angola era mais uma colônia do Brasil do que de Portugal. Foi só nesse momento que os portugueses, preocupados com o desejo da elite luso-africana de anexar Angola ao Brasil, trataram de enviar para lá tropas portuguesas no sentido de assegurar a sua posse e expandir os seus domínios. No ano seguinte ao da independência do Brasil, havia 1275 brancos em Luanda. A partir daí, a segregação racial se intensificou. Os negros passaram a residir nos musseques (favelas), na periferia, enquanto a classe dominante ocupava o centro da cidade. Assim, apesar do crescimento da população branca, não houve terreno propício para a difusão da língua portuguesa.

A hostilidade dos angolanos levou os portugueses a criar um grupo de apoio, os chamados assimilados. Aos filhos destes, era dado o direito de frequentar a escola – cujo ensino não era gratuito nem obrigatório – e à nacionalidade portuguesa. O domínio da língua portuguesa e a assimilação de hábitos da cultura europeia era condição *sine qua non* para galgar qualquer função no governo. Conseqüentemente, os “indígenas” foram cada vez mais afastados da vida da comunidade, na medida em que o próprio governo não oferecia condições para a sua inclusão social. Assim, situação linguística refletia a divisão social: a maioria da população falava quimbundo; os assimilados eram bilíngues, e só uma parcela mínima da população, representada por portugueses, falava unicamente o português. Nos anos 25/30 do século passado, os filhos dos assimilados adquirem o português L1. Daí em diante, vai crescendo o número de angolanos falantes nativos do português. Às vésperas da independência, após décadas de luta patrocinada por parte dos assimilados como também por alguns descendentes de portugueses, a situação linguística de Luanda muda consideravelmente: a maior parte de população é bilíngue (português/kimbundo), uma parte considerável é monolíngue (português) e menor parte é monolíngue (kimbundo). Com a guerra civil, que eclodiu logo após a independência, muitos provincianos, falantes nativos das diversas línguas nacionais, refugiaram-se em Luanda, em busca de segurança e oportunidades de trabalho, e, portanto, tiveram de aprender a língua portuguesa para sobreviver na cidade, tanto que hoje é difícil lá encontrar um falante monolíngue de qualquer das línguas nacionais em meio a cerca de 5 milhões de habitantes.

3.1 Mera coincidência?

Apresentamos aqui algumas características do português coloquial praticado Luanda, mostradas em sentenças retiradas do *corpus* que começamos a constituir a partir de 2008.

- a) O pronome você com tratamento íntimo

Mana, desde ontem que morreu o miúdo e só agora que você está chegando?

- b) A expressão pronominal a gente no lugar de nós:

Olha, a casa da tua mãe é aquela, mas quando **a gente** chegar no pé da tua mãe, não fala que: oh, mamã, sou eu, meu nome é fulana. Cheguei.

- c) Ausência de concordância verbal e nominal:

Oh, paizinho, **você** não **fizeste** isso.

Se **as coisa** perdeu eu não sou culpado

- d) Uso do indicativo no lugar do subjuntivo:

Nós queremos que você **casa** com a nossa filha.

- e) Objeto nulo anafórico:

Bem, eu (**cv**) conheci como um líder religioso.

- f) Mistura de pronomes:

Não sou **tua** amiga pra **você** me responder assim.

- g) Perguntas Qu- in situ:

Mas você andava **onde**?

- h) Uso da próclise em contextos enclíticos no PE:

O colega **me** levou até a casa dele, **me** deu o copo de água..

- i) O *lhe* como acusativo:

Eu conheci-**lhe** a trabalhar numa empresa.

- j) Uso de *você* e *a gente* como formas de indeterminação do sujeito:

Você sai da escola, depois vai brincar.

.... quando **a gente** ganha treze mil quanza ou vinte mil quanza por mês...

- k) Duplo sujeito:

Meus familiares, **eles** me perguntaram assim: vais pra onde?

- l) Relativa copiadora:

Graças a Deus ainda, os carros em que eu ando **com eles**, nunca aconteceu nada.

Todos esses fenômenos são também encontrados em variação no português do Brasil, o que evidencia a ação do contato nas duas variedades do português constituídas nessas ex-colônias portuguesas.

3.2 A (não) concordância verbal no quimbundo

Em relação à concordância verbal, no quimbundo – a língua nacional mais falada em Luanda – não existem marcas de concordância entre o pronome sujeito e o verbo. Veja-se o exemplo dado por Mingas (2000, p. 73) para o verbo comer no presente e pretérito de indicativo.

eme ng idya	eu como	eme ng adya	eu comi
eye udya	tu comes	eye wadya	tu comeste
mwene udya	ele come	mwene wadye	ele comeu
etu tudya	nós comemos		

Os morfemas ng- e u- prefixados ao verbo marcam a função de sujeito dos pronomes pessoais; -i- e -a- são morfemas de presente e pretérito, respectivamente. Observe-se que a segunda e a terceira pessoas são formalmente idênticas, fato que levou os aprendizes do português L2, tanto no Brasil como em Angola, a confundir essas duas formas pronominais. No Brasil, é mais frequente o tu com verbo na terceira pessoa, enquanto em Angola os falantes de baixa ou nula escolarização costumam usar, mais frequentemente, o pronome você com a desinência verbal da segunda pessoa como em (1) abaixo:

- (1) Vai lá que você crescestes na cidade, mas se você tinhas crescido aqui no mato...(F2AK¹ reportando uma conversa de seu pai com o futuro marido dela)
- (2) Se tu não encostar, pode descer. (F2AP)

A não-existência no quimbundo de pronomes de tratamento como *você*, levou os falantes não alfabetizados e de baixa escolaridade a usar indistintamente a forma *você* para qualquer destinatário, independentemente do fato de ser uma pessoa íntima ou não, como se pode ver em (3) e (4):

¹ Os códigos acima significam: A (analfabeto), 1, (18-32 anos), 2 (33-49 anos) e 3 (acima de 50 anos); P(falante nativo do português e K falante nativo de línguas nacionais).

- (3) Pra mim ver que você não tem namorada, você vem me buscar todos os dias. (FLAP, reportando uma conversa com o namorado)
- (4) Doutor, você não me deste mal a pica? (FLAP, reportando um diálogo com um médico, ao ser atendida em um hospital).

4. A expressão do sujeito pronominal: metodologia, resultados e discussão

4.1 Metodologia

O estudo foi realizado a partir de dados coletados em Luanda, reunidos numa amostra constituída de dez informantes de ambos os sexos, com nulo ou baixo nível de escolaridade (até a 5ª série do fundamental), falantes nativos do português e de uma das línguas nacionais, sobretudo, do quimbundo.

Verificou-se a presença/ausência de sujeito pronominal nas três pessoas do singular e do plural. Na análise dos dados, compararmos seus resultados com os que já se têm sobre o português brasileiro, especialmente com os de Duarte (1995) Busca-se, desse modo, confirmar a ação do contato na mudança linguística como também confirmar ou não a tese segundo a qual a perda do princípio “evite pronome” é resultado do enfraquecimento da concordância, motivada pela entrada do *você* e da expressão pronominal *a gente* no sistema.

De início, esclarece-se que o uso do sujeito *a gente* de referência definida, em Luanda – ao menos pelo que se verifica na amostra utilizada – não é expressivo, tendo ocorrido em apenas três sentenças. Vejam-se os exemplos:

(5) É a história que mais conheço em português, meu avô sabia um pouco. Meu avô era catequista e ela nos contava mais em dialeto. Quando a gente se sentava, nós acabávamos de jantar...

(M1K)

(6) Depois do que aconteceu... daí também... depois de ela ficar boa, a gente não conseguimos de conversar ainda (M2K)

Estabelecemos como fatores condicionadores extralinguísticos: gênero/sexo, faixa etária (18-32, 33-49, 50 ou mais), e a língua nativa (português e línguas nacionais). A inclusão desse último fator objetivou verificar se o uso do sujeito exposto foi introduzido por falantes

não nativos do português já que ficou comprovado que esse segmento da população é o que usa mais frequentemente o pronome você.

Quanto aos fatores linguísticos, estabelecemos, seguindo Duarte (1995), os que seguem: a) pessoa do discurso, b) tempo e forma verbal; c) tipo de sentença, d) correferência em estruturas subordinadas; e) presença/ausência de material linguístico entre sujeito e verbo e f) presença/ausência de elementos em CP aos quais acrescentamos o fator forma de tratamento do interlocutor.

Em relação ao tipo de sentença, seguimos Duarte (1995), agrupando sentenças independentes, primeiras coordenadas e coordenadas não correferentes em um único tipo. Os outros tipos são: a) raiz anteposta, b) raiz posposta, c) adjunta anteposta, d) adjunta posposta, e) completivas e f) relativas. As diferentes posições de adjuntas e raízes poderiam mostrar tendências contrárias na escolha do sujeito nulo ou expresso, o que de fato se confirmou.

No que se refere à pessoa do discurso, reunimos o singular o plural da segunda e terceira pessoas em um único fator, separando, no entanto, P4 de P1 por entendermos que *nós* não é o plural de *eu*, ou seja, *eu+eu* como também por termos observado, numa primeira rodada, a diferença de comportamento entre essas duas pessoas do discurso em relação ao preenchimento do sujeito: *nós* resiste mais ao sujeito expresso.

4.2 Os resultados

No cômputo geral, dos 434 dados, tem-se 65% de sujeitos expressos contra 35% de sujeitos nulos numa diferença de quase 50%. Este fato, por si só, já é surpreendente se considerarmos a proximidade, pelo menos na variedade culta, do português angolano ao português europeu. Na rodada geral, obtivemos os resultados mostrados nas tabelas a seguir, ordenadas por ordem de seleção:

Fatores				
↓	Apl./N	%	PR	Sig.
Não	97/128	75	.62	000
Sim	61/117	52	.36	
Total	158/245			

Tabela1-Efeito da variável correferência em estruturas subordinadas

Os resultados de Duarte (1995) são inversamente proporcionais aos nossos: peso relativo .62 para estruturas correferentes e .36 para aquelas que não apresentam correferência. Nos nossos dados, contudo, há um percentual significativo de sujeitos preenchidos, em casos de correferência, como mostrado em (7).

(7) ...como ela é criança, assim ela não vai poder subir.(M3K)

Fatores				
↓	Apl./N	%	PR	Sig.
P1	107/181	60	.44	000
P2	48/70	68	.54	
P3	102/134	76	.63	
P4	21/48	43	.27	
Total	278/433			

Tabela 2 – Efeito da variável pessoa do discurso

Como se constata na tabela 2, é em P3 onde ocorre uma frequência maior de sujeitos expressos, seguido de P2, contrariamente aos resultados encontrados por Duarte (1995) que, tanto no plural como no singular, a terceira pessoa é a que exibe mais sujeitos nulos. Esse fato é explicado por Duarte pela possibilidade de o sujeito poder ser retomado por uma categoria vazia, o que não acontece em P2 e P1 que são pronomes dêiticos. Negrão e Muller (1996) observam que se o enfraquecimento da concordância fosse a causa da preferência pelo sujeito expresso no PB, então, se esperaria mais sujeitos expressos em P2 e P3. È exatamente isso o que se verifica nesse estudo.

No português angolano, a primeira pessoa do plural é a que apresenta o menor índice de sujeitos expressos. Este fato merece um destaque na nossa análise: em primeiro lugar, a expressão pronominal *a gente*, como foi dito acima, é muito pouco usada, sobretudo como sujeito de referência definida. Além disso, a concordância de P4 é robusta mesmo entre falantes analfabetos. Isso se explica pelo fato de a presença do português europeu ainda ser muito forte: é esse o *input* recebido pela população nativa. No caso de P2, observamos uma

preferência pelo *você* entre os falantes não-alfabetizados e de nível baixo de escolaridade, daí o preenchimento do sujeito que, se nulo, seria confundido com a terceira pessoa. Vejam-se os exemplos abaixo.

(8) Eu vou lhe falar: fulano, você tá fazer isso com um mais velho? (M1P)

(9) Como é que você vai me agradecer com dois pacotes de Omo? (M1K)

(10) Nós queremos que você casa com nossa filha.(M3K)

O terceiro fator selecionado foi tempo e forma verbal. Os resultados são apresentados na tabela 3 abaixo:

Fatores	Apl./N	%	PR	Sig.
↓				
Pretérito/complexa	20/25	80	71	028
Subjuntivo	4/5	80	57	
Pretérito/simples	122/190	64	53	
Presente/simples	102/152	67	49	
Presente/complexa	25/49	51	30	
Futuro complexo	5/12	41	30	
Total	278/433			

Tabela 3- Efeito da variável tempo/forma verbal

As sentenças complexas no pretérito são as que mais são as que mais favorecem o sujeito exposto, seguidas das subjuntivas e as do pretérito simples. Não encontramos uma explicação para esses resultados. É provável que uma análise mais acurada com cruzamentos de fatores possa lançar luzes sobre a questão.

Resultados interessantes são os mostrados na tabela 4 abaixo e se referem à variável tipo de sentença. As relativas são as que mais favorecem o sujeito exposto do mesmo modo que se verifica no trabalho de Duarte (1995). Segundo a autora, é exatamente nesse contexto que ocorre mais expressivamente o sujeito exposto no PE.

Em segundo lugar, vêm as independentes, contexto que no PB, assim como no PE, se mostra mais resistentes ao sujeito exposto. Um fato curioso pode ser observado nas raízes

e adjuntas: quando antepostas favorecem o sujeito expresso e, quando pospostas, o sujeito nulo. Assim, parece que a posição inicial da sentença é o fator determinante do uso de sujeito expresso no PA. Veja-se a tabela 4.

Fatores	Apl./N	%	PR	Sig.
Relativas	29/35	82	.73	033
Independente	123/189	65	.54	
Adjunta anteposta	13/16	66	.46	
Completiva	29/35	82	.50	
Raiz posposta	15/38	39	.27	
Adjunta posposta	20/36	66	.55	
Raiz anteposta	29/43	67	.48	
Total	278/433			

Tabela 4 - Efeito da variável tipo de sentença

4.3.1 Sobre as formas de tratamento

Realizamos, em separado, uma análise dos efeitos das formas de tratamento sobre a expressão do sujeito e, como era de esperar, observamos que, quando o *você* é usado, o número de sujeitos expressos aumenta significativamente. Outro achado que nos surpreendeu foi o fato de a chamada segunda pessoa direta ser pouco usada, ao menos na amostra analisada. Na maioria das vezes é expressa apenas pelo verbo. Vejam-se os números abaixo:

Fatores	Apl./N	%	PR	Sig.
Você	42/51	82	.64	000
Tu	7/20	35	.17	
Total	49/71			

Tabela 5 – Efeito da variável forma de tratamento

Diante desses resultados, esperávamos que fosse a segunda pessoa a que apresentasse um maior número de sujeitos plenos já que é nesse segmento da população que há predominância do *você* sobre o *tu*. De todo modo, ficou evidente que a introdução do *você*

levou ao maior preenchimento da terceira pessoa quando se perdeu a distinção entre P2 e P3. Vale salientar o fato de que a mudança *tu* → *você* no PB iniciou-se na classe baixa como constatado por Teixeira (2002).

5. Considerações finais

Pontuamos, aqui, alguns fatos que parecem apontar para a confirmação da hipótese segundo a qual o enfraquecimento da concordância é realmente a causa da preferência pelo sujeito expresso:

- a) tanto no Brasil como em Angola o português se formou sobre a influência de línguas africanas cujos falantes tiveram de aprender o português sem nenhuma instrução formal e já na idade adulta;
- b) esse português reestruturado guarda marcas da sintaxe das línguas africanas tais como a ausência de concordância de gênero e de pessoa, do parâmetro *pro drop* marcado negativamente, entre outras apresentadas na subseção 3.1;
- c) no caso específico de Luanda, onde não se registra um uso expressivo de *a gente*, mesmo entre falantes não alfabetizados, a concordância não foi (ainda?) drasticamente enfraquecida. Contudo, nesse segmento da população, registra-se a preferência pelo *você*, perdendo-se assim a diferença entre a segunda e terceira pessoa, o que espelha a gramática do quimbundo;
- d) O fato de a terceira pessoa ser a que mais favorece o sujeito pleno e o uso parcimonioso – muitas vezes não admitido – do pronome *você* como tratamento íntimo por falantes escolarizados², cuja avaliação alterna entre negativa e positiva, constituem indícios de há mudanças a caminho;
- e) o país, cuja independência política é recente, mantém ainda viva a cultura de elite – a portuguesa – o que funciona como freio a mudanças linguísticas latentes.

Referências

ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

² Fato constatado em Teixeira, 2008.

- AZEVEDO, T. *Povoamento da Cidade de Salvador*. Salvador: Itapuã, 1969.
- BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. *África no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-62.
- CHOMSKY, N. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminhos, 1994.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: I. Roberts & M. A. Kato (Org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 107-128.
- DUARTE, M. E. L. *A Perda do Princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Tese – (Doutorado em Lingüística), UNICAMP, Campinas, 1995.
- FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 387- 408.
- GUY, G. R. On the nature and origins of popular Brazilian portuguese. In: *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Publicaciones del Instituto Caro y Cuerv, 1989, p. 227-245.
- HOLM, J. The genesis of the Brazilian vernacular: insights from the indigenization of Portuguese in Angola. *Papia*, n.19, 2009, p.93-122.
- KATO, M. A. Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística. *Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa, 1994. Digitado.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1973.
- MATTOSO, K. M. Q. *A Bahia no Século XIX*. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MINGAS, A. *Interferência de kimbundu no português de Lwanda*. Luanda, Caxinde, 2000.
- NEGRÃO, E. & MULLER, A. As mudanças no sistema pronominal no português brasileiro: substituição ou especialização de formas? *D.E.L.T.A*, 12 (1), 1996.
- PESSOA DE CASTRO, Y. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.
- PEPETELA. *Luandando*. Luanda: Elf Aquitaine Angola, 1980-1990.
- PRIORE, M. Ritos da Vida Privada. In: MELLO E SOUZA (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, v.1, 1997.

PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. P. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1855*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TEIXEIRA, E. P. *Era uma vez você*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2002.

Teixeira, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA- Hernandez, Maria Célia et al. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

TINHORÃO, J. R. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

VAINFAS, R. *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.